



VERENA ALVES OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DO DESENHO UNIVERSAL PARA
APRENDIZAGEM (DUA) NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA
NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

**LAVRAS-MG
2023**

VERENA ALVES OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM (DUA)
NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Letras - Português/Inglês e suas literaturas, para a obtenção do título de Licenciada.

Prof. Dr. Gasperim Ramalho de Souza
Orientador

**LAVRAS-MG
2023**

VERENA ALVES OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM (DUA)
NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

**CONTRIBUTIONS OF UNIVERSAL DESIGN FOR LEARNING (UDL) IN ENGLISH
LANGUAGE TEACHING FROM AN INCLUSIVE PERSPECTIVE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Letras - Português/Inglês e suas literaturas, para a obtenção do título de Licenciada.

APROVADA em 27 de Novembro de 2023
Prof. Dr. Gasperim Ramalho de Souza UFLA
Prof. Dr. Thiago da Cunha Nascimento UFLA
Prof^ª. Dra. Aline Barreto Costa Braga UFLA

Prof. Dr. Gasperim Ramalho de Souza
Orientador

**LAVRAS-MG
2023**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar possibilidades de contribuição do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), proposto por David H. Rose, Anne Meyer e David Gordon, no contexto do ensino da língua inglesa, com foco na promoção da inclusão em ambientes educacionais diversos, principalmente em escolas públicas. O trabalho reconhece a pluralidade de ambientes educacionais, mas concentra-se especificamente em escolas públicas como um cenário relevante para a implementação do DUA. Analisando os princípios do DUA - engajamento, representação e ação/expressão - o estudo destaca estratégias práticas para estimular os estudantes, considerando suas diferentes potencialidades para a aprendizagem. Além disso, a pesquisa fundamenta suas práticas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13146/2015), buscando proporcionar uma abordagem adaptativa e enriquecedora para atender às necessidades únicas de cada estudante. Destacando que a ideia de uma abordagem adaptativa aqui não significa infantilizar ou "simplificar as atividades", mas conferir a elas um caráter de diversidade na forma de apresentar, representar e engajar os/as estudantes por meio de diferentes linguagens (SOUZA, 2020). A abordagem qualitativa deste trabalho permite uma análise interpretativa e subjetiva dos princípios do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) e sua aplicação no contexto de ensino de língua inglesa, com foco na promoção da inclusão ao se trabalhar diferentes habilidades da BNCC de língua inglesa.

Palavras-chave: Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), Inclusão, Educação Inclusiva, Língua Inglesa, Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

ABSTRACT

This work aims to present possibilities for the contribution of the Universal Learning Design (UDL), proposed by David H. Rose, Anne Meyer and David Gordon, in the context of English language teaching, with a focus on promoting inclusion in diverse educational environments, mainly in public schools. The work recognizes the plurality of educational environments, but specifically focuses on public schools as a relevant setting for UDL implementation. Analyzing the principles of UDL - engagement, representation and action/expression - the study highlights practical strategies to stimulate students, considering their different potential for learning. Furthermore, the research bases its practices on the National Common Curricular Base (BNCC) and the Brazilian Inclusion Law (Law 13146/2015), seeking to provide an adaptive and enriching approach to meet the unique needs of each student. Highlighting that the idea of an adaptive approach here does not mean infantilizing or "simplifying activities", but giving them a character of diversity in the way of presenting, representing and engaging students through different languages (SOUZA, 2020). The qualitative approach of this work allows for an interpretative and subjective analysis of the principles of Universal Learning Design (UDL) and their application in the context of English language teaching, with a focus on promoting inclusion when working on different BNCC English language skills.

Keywords: Universal Design for Learning (UDL), Inclusion, Inclusive Education, English Language, National Common Curricular Base (BNCC)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 – Estratégias do Desenho Universal para Aprendizagem associadas às redes de aprendizagem.	20
Figura 3.1 – Exemplo de representação para se utilizar seguindo a estratégia DUA.	30
Figura 3.2 – Print da tela do Youtube, contendo um recurso audiovisual para se utilizar seguindo o princípio da representação.	31
Quadro 1.1 – Princípios orientadores do DUA	22
Quadro 3.1 – Exemplos de possibilidades de trabalho com a BNCC (Língua inglesa) na perspectiva do DUA	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

DU - Design Universal

DUA - Desenho Universal de Aprendizagem

EI- Educação Inclusiva

LEI - Língua Estrangeira Inclusiva

PAEE - Professor de Atendimento Educacional Especializado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
1.1. A Educação Inclusiva no Brasil	8
1.2. Educação Inclusiva e Ensino de Língua Inglesa	10
1.3. Desenho Universal da Aprendizagem	13
1.4. DUA e Possibilidades para o Ensino de Língua Inglesa	15
2. METODOLOGIA	21
2.1. Possível Contexto de Aplicação	22
2.2. Atividade Proposta	22
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	24
3.1. Análise de uma sequência de atividades subsidiadas pela DUA para o ensino-aprendizagem da língua inglesa	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

A inclusão sempre foi um tema muito importante para mim, pois, diversas vezes, presenciei cenas que poderiam ser evitadas com estratégias que levassem em conta a valorização das diferenças entre as pessoas. Por exemplo, quando cursava o ensino médio, havia dois estudantes surdos na minha classe, eles acompanhavam a aula junto a uma professora de apoio. Entretanto, muita das vezes as atividades eram ministradas como se nem estivessem ali, sobrecarregando a professora de apoio e ignorando as habilidades desses estudantes. Afinal, atividades comumente maçantes tendem a desestimular os aprendizes, não se restringindo a estudantes em situação de deficiência. No ano de 2018, chega então à minha família, minha pequena prima Manu. Nasceu com paralisia cerebral e microcefalia, pude acompanhar seu crescimento, suas mudanças, sua rotina e a partir disso, percebi que poderia fazer uma junção de suas necessidades com a minha área de estudo, a qual me fez pensar ainda mais em como está o mundo atualmente e o quão inclusivo ele será para ela. Como educadora, não pude parar de pensar em como seria a abordagem na sua jornada de aprendizagem, assim como sua interação nas diversas relações sociais. Isso também me inspirou a escolher esse tema, bem como a trabalhar por um ambiente de aprendizagem mais inclusivo para todos.

Sendo assim, ao escolher este tema, me senti na responsabilidade de ser mais assertiva possível, uma vez que, ao tratarmos de inclusão para o aprendizado de línguas, estamos falando do cotidiano de todas as pessoas e seu direito à comunicação, sendo uma ferramenta fundamental para a expressão, compreensão e participação plena na sociedade. Comunicação é o que nos move, como dito por Camila Pinheiro Silveira Cintia Alves dos Santos “Sem conhecimento e sem comunicação não há humanização”.

No Brasil, o direito à inclusão é assegurado pela Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, Art. 1º: “É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (Brasil, 2015).

Apesar de assegurado por lei, o direito à inclusão nem sempre é tão efetivo na prática. Muitas vezes não se tem o recurso e nem a concepção sobre diversidade e equidade necessárias para a implementação de um programa de inclusão que seja realmente assertivo.

Ao pesquisar a palavra inclusão na base de dados na BNCC¹, podemos visualizar ao todo vinte e três sugestões de atividades que trabalham a inclusão de forma direta. Trabalhando algumas das competências gerais como Conhecimento, Pensamento científico, crítico e criativo, Repertório Cultural, Autoconhecimento e Autocuidado e Comunicação. Contudo, pela minha experiência, tanto como aluna quanto educanda, essas competências não são facilmente compreendidas e tampouco colocadas em prática em todas os componentes curriculares, incluindo línguas estrangeiras.

Além da Lei Nº 13.146, e de um esforço mínimo da BNCC, já tínhamos, desde 1988, a Constituição Federal na qual nos Art 205 e 206, lemos o Art. 205.: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No Art. 206. “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”.

¹ Ao pesquisar a palavra inclusão na base de dados da BNCC, são apresentados vinte e três resultados, para facilitar a pesquisa aqui está a URL da pesquisa.

Link: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/pesquisar?q=Inclus%C3%A3o>

É importante ressaltar a Declaração Universal dos Direitos Humanos e pontuar alguns de seus artigos que fazem referência à inclusão. Onde se pode extrair um ideal comum, para que se tenha uma sociedade mais igualitária e com equidade. Pontuo aqui os artigos 1, 2 e 6, os quais lê-se respectivamente:

Artigo 1 - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2 - 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 6 - Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei. (Organização Das Nações Unidas, 1948).

Esses artigos da Constituição Federal, juntamente à Declaração Universal dos Direitos Humanos, ajudam a reforçar a importância da educação e da inclusão, destacando a igualdade de condições e garantia de padrão de qualidade, uma vez que se refere a todos os brasileiros, sendo dever do Estado garantir que eles sejam cumpridos.

Porém, diariamente diversas pessoas enfrentam dificuldades na área da aprendizagem, grande parte dessas dificuldades se devem pela ineficiência das metodologias de ensino tradicionais. O Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) busca potencializar a aprendizagem inclusiva, desenvolvendo metodologias que sejam acessíveis a todos os aprendizes de acordo com suas limitações e necessidades, como é imposto pelo Art. 206 da Constituição, fazendo referência aos tópicos pluralismo de ideias e garantia de padrão de qualidade.

Com o auxílio do DUA, é possível criar currículos que buscam aumentar a taxa de aprendizagem de toda uma classe heterogênea de estudantes. Isso só é possível através da habilidade do educador, o qual será o responsável pela criação do currículo escolar. É através do professor e da força de vontade do educando que se pode alcançar um resultado que faça jus ao que o Art. 205 da Constituição preza, que é o desenvolvimento como pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tendo isso em mente, o presente trabalho tem como objetivo analisar algumas possibilidades de contribuição da DUA para o ensino-aprendizagem da língua inglesa, visto que, ele busca reduzir os empecilhos e dificuldades na forma de ensinar. Como Bosco Medeiros (2006, p.245) argumenta que "discussões, reflexões ou debates não constituem objetivos de pesquisa, pois todo trabalho científico é fruto de discussão, reflexão, debate de ideias, cujo lugar mais adequado é no espaço dedicado à revisão de literatura". Além disso, o DUA busca proporcionar adaptações, oferecendo apoio e mantendo altas expectativas de sucesso para todas e todos os estudantes, incluindo os em situação de deficiência². Como diz a definição proporcionada pelo governo dos Estados Unidos e incluída na Lei de Oportunidades em Educação Superior.

Expor como o tradicionalismo e a falta de diversidade afetam o aprendizado é extremamente necessário para gerar alternativas que possam contribuir para a inclusão de todos os aprendizes. Pois, é importante que haja uma sociedade que abrace a diversidade sem a proporção do que deve ser sensivelmente aceito em relação a estas diferenças.

Considerando o objetivo deste trabalho, ele está organizado nas seguintes seções: Panorama da educação inclusiva no Brasil, O Desenho Universal da Aprendizagem, Metodologia, Análise e Discussão de uma atividade subsidiada pelo Desenho Universal da Aprendizagem e Considerações Finais.

² Neste trabalho optamos, com base em Souza (2020), em usar essa expressão para enfatizar que a deficiência é uma das diferenças comuns presentes na diversidade humana. Há, contudo, uma situação de exclusão que estigmatiza e precariza a condição dessas pessoas por parte de uma sociedade que cria as condições normativas para rotular e privilegiar pessoas segundo suas normas biológicas, sociais e etc...

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, serão apresentados alguns dos fundamentos teóricos de maior impacto para entender como funciona a Educação Inclusiva e o Ensino de Língua Inglesa no Brasil e uma contextualização sobre o DUA. Sendo assim, esta seção será dividida em quatro partes. Na primeira, será discutida a Educação Inclusiva no Brasil, Cenário Atual e retrospecto sobre as suas leis. Na segunda, será abordada a Educação Inclusiva e Ensino de Línguas, e a demanda para professores de línguas. Na terceira, haverá uma contextualização do Desenho Universal da Aprendizagem. Por fim, na quarta parte, haverá um levantamento sobre o DUA e suas possibilidades para o ensino de línguas.

1.1. A Educação Inclusiva no Brasil

A Educação Inclusiva no Brasil vem sendo trabalhada a um bom tempo, seus principais avanços são na área legislativa, que é uma das partes essenciais para que a implementação seja feita de forma mais abrangente. Além de leis já citadas anteriormente, como a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, temos também leis que impactam diretamente na Educação Inclusiva. O Artigo 59 da Lei atual de nº 9.394, inciso I, III e IV, assegura que alunos com deficiências têm direito a um currículo, assim como recursos educativos, que o atenda às suas necessidades, bem como também expõe a necessidade utilização de educadores com habilidades específicas que é um ponto chave no processo, fazendo com que o atendimento educacional seja realizado de forma especializada.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
[...]

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
[...] (BRASIL, 1996)

O Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, que no Art. 2º³, imputa aos órgãos e às entidades do Poder Público a responsabilidade de garantir os direitos da pessoa portadora de deficiência⁴, assegurando todos os direitos básicos, assim como o direito à educação (BRASIL, 1999). Além disso, temos também o Decreto Nº 6.094, que no Art. 2º, inciso XI, que sustenta a garantia do acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 2007).

Apesar dos avanços legislativos, ainda temos diversas barreiras a serem quebradas e um dos problemas mais comuns que existem no meio do âmbito escolar no Brasil, na minha opinião, se dá por meio de um trecho do livro “Práticas Pedagógicas Inclusivas”, de Márcio Cano (2012) que trata exatamente a respeito e nos afirma que:

Alunos considerados diferentes, principalmente, por sua condição considerada de deficiência, são colocados nesse lugar do não saber e ali se enraízam, mas não por eles, mas pelo outro que o colocou nesse lugar. Pela avaliação diária que revela isso, pelas falas de muitas pessoas que se encontram à sua volta, mas nunca por ele. (CANO, 2012, p.20)

O tradicionalismo na aprendizagem oferecida por várias instituições de ensino de línguas, as quais, muitas das vezes são imutáveis e não oferecem um estudo inclusivo à quem necessita de uma abordagem fora dos paradigmas impostos pelas mesmas, será o ponto de partida para a discussão. E quando se foge dos padrões temos uma Crise de Paradigmas⁵, como citada e tratada por Mantoan (2003):

Sendo ou não uma mudança radical, toda crise de paradigma é cercada de muita incerteza, de insegurança, mas também de muita liberdade e de ousadia para buscar outras alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento que nos sustente e nos norteie para realizar a mudança. (MANTOAN, 2003, p.12)

³ Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

⁴ Termo usado na época. Os termos “portador de deficiência” e “portador de necessidades especiais (PNE)”, não devem ser mais usados. O correto é usar apenas “pessoa com deficiência” ou na forma abreviada “PcD”.

Fonte: <https://emtodolugar.facha.edu.br/2023/04/19/educacao-inclusiva-e-anticapacitismo/>

⁵ Uma crise de paradigma é uma crise de concepção, de visão de mundo e quando as mudanças são mais radicais, temos as chamadas revoluções científicas. (MANTOAN, 2003, p.11).

Padrões ultrapassados implantados por instituições de ensino criam barreiras que dificultam a forma em como os estudantes em situação de deficiência absorvem, se expressam e como se motivam para desenvolver novas habilidades. Isso fere veementemente o direito descrito no Art. 205 da Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no Art. 26, onde a educação é um direito de todos, como mencionado por Souza (2020, p.43).

1.2. Educação Inclusiva e Ensino de Língua Inglesa

O ensino da língua inglesa no Brasil tem se difundido cada vez mais. Desse modo, a tradicionalidade tem cada vez mais se esvaído quando se trata de ensinar inglês. Vários métodos têm sido desenvolvidos (VILAÇA, C. M. L. 2008), porém o ensino da língua inglesa no ambiente escolar ainda é um grande desafio. Quando falamos da rede pública de ensino, esse desafio se dá por várias variáveis, como a quantidade de estudantes na sala, a falta de recursos destinados, preparação do material didático, a falta de interesse por parte dos educandos e entre outros fatores.

Aprender a língua inglesa, ou qualquer outra nova língua, demanda tempo, e tempo de qualidade, com tantas variáveis impactando no processo de ensino, o resultado pode ser, e tem sido, muito abaixo do esperado. Como mencionado por Polidório (2014):

Há muita precariedade no ensino de língua inglesa nas escolas. Não queremos dizer com isso que um aluno deva sair do Ensino Médio falando fluentemente a língua inglesa, mas que se nós tivéssemos turmas menores, mais carga horária, melhor infraestrutura, materiais didáticos mais adequados, teríamos a possibilidade de ter egressos com um melhor conteúdo de uma disciplina tão importante com a língua inglesa. (POLIDÓRIO, 2014, p.342)

E com o Ensino Inclusivo, não é diferente. Há uma necessidade de repensar o modo de preparo do conteúdo didático. É sempre desafiador e até mesmo excludente planejar aulas e executá-las para cerca de 30 a 40 estudantes, e não fazer distinção entre o material didático. Além de ser totalmente errado, conforme já citado anteriormente o embasamento legislativo, é mais ainda uma falta de sensibilidade com seus próprios estudantes, que têm o direito à educação. Por isso, deve ser tão importante a aplicação da Educação Inclusiva, zelar pelos estudantes em situação de deficiência e garantir que eles recebam educação de qualidade, como é seu direito.

A comunicação é algo essencial no cotidiano de qualquer pessoa, sem comunicação nos tornamos seres sem a capacidade de expor nossos pensamentos, ideias e opiniões. Não devemos jamais privar ou segregar o ensino de línguas, pois é o cerne do nosso modo de se comunicar, e conforme diz Mantoan (2003):

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular. (MANTOAN, 2003, p. 97)

Sabe-se que o ensino da língua inglesa é obrigatório⁶ De acordo com a BNCC, há a justificativa de ser uma língua global amplamente utilizada nos dias de hoje, sendo considerada como uma língua franca. Tendo também uma forte consolidação educativa, como acrescenta a BNCC:

[...] as aprendizagens em inglês permitirão aos estudantes usar essa língua para aprofundar a compreensão sobre o mundo em que vivem, explorar novas perspectivas de pesquisa e obtenção de informações, expor ideias e valores, argumentar, lidar com conflitos de opinião e com a crítica, entre outras ações. Desse modo, eles ampliam sua capacidade discursiva e de reflexão em diferentes áreas do conhecimento. (BRASIL, 2018, p.485)

Desse modo, trabalhar a língua inglesa no âmbito do Ensino Inclusivo torna-se tão pertinente, como qualquer outro componente, uma vez que se torna obrigatório a ser lecionado, como citado por Souza (2020):

O ensino de inglês como uma LEI (Língua Estrangeira Inclusiva) fomenta uma educação crítica, transdisciplinar que tem como objetivo promover o rompimento de fronteiras entre as disciplinas, integrando saberes, múltiplas compreensões da realidade. (SOUZA, 2020, p.117)

Portanto, ao se tratar do Ensino da Língua Inglesa em uma perspectiva inclusiva, é trazido à tona o termo disruptividade, que é de extrema importância para a inclusão. A fuga dos padrões de ensinamentos convencionais que buscam apenas atender uma gama de pessoas, sendo o mais generalista possível, sem o pensamento inclusivo, e até mesmo crítico, do que será lecionado, para quem, como e quais ferramentas podem ser utilizadas. Tornando necessária a fala de Silva (2017), citado por Silva, Barreto e Ferreira (2023, p.9):

⁶ A língua inglesa é um componente obrigatório no ensino fundamental, pode se observar na base de dados da BNCC. link: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>

A inclusão se define como o processo por meio do qual a sociedade se reestrutura e se adapta para receber, nos seus sistemas, pessoas consideradas diferentes das demais. Nesse processo, tanto a comunidade quanto às pessoas com deficiências (sejam elas físicas, mentais ou de qualquer outra ordem) precisam discutir e buscar soluções adequadas de adaptação; ou seja, a sociedade precisa ser capaz de receber efetivamente as diferenças, promovendo a igualdade de oportunidades para todos. (SILVA, 2017, p.16)

Como de se trata de um ensino disruptivo, que busca quebrar paradigmas da forma de ensino tradicional, recriando o modelo educacional, afinal como afirma Mantoan (2003, p.33): “Não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção escolar — daí a necessidade de se recriar o modelo educacional vigente.”. Buscar novas soluções e maneiras de ensinar torna o educador mais apto às adaptações que com certeza terá de passar. Saber que não existe apenas uma forma de lecionar um determinado conteúdo abre um leque de possibilidades, as quais serão extremamente úteis no decorrer de sua carreira.

Muitas vezes, educadores pensam que ao atender as necessidades de todos os aprendizes é o suficiente para alcançar a inclusão, porém, pecam ao não pensar na exclusão causada pela solução criada. Inclusão no ensino vai muito além de somente atender as necessidades individuais de um estudante, é também não gerar um ensino seletivo, que como diz Mantoan (2003, p.40), “é ideal para gerar indisciplina, competição, discriminação e preconceitos e também para categorizar os bons e os maus alunos, por critérios que são, em geral, infundados.”

Sem dúvida, discutir-se a concretização do direito de todos a educação implica a consideração da multiplicidade de manifestações de exclusão, seja ela social, racial, de gênero ou das pessoas deficientes na sociedade e na escola. Ou seja, ao se assumir a perspectiva da inclusão, tem-se como suposto o reconhecimento da exclusão, "processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é falha do sistema”. (MAZZOTTA E SOUSA, 2000, p. 96)

Diante desse cenário, buscar uma ferramenta que seja disruptiva e que busque a inclusão é fundamental para o sucesso na aplicação do ensino. Nesse sentido, trabalhar para que todos os estudantes possam aprender e serem reconhecidos sem distinções, traz à tona uma profunda reflexão sobre como consolidar a inclusão no ambiente escolar. Para isso, apresentarei o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) na seção seguinte, uma ferramenta extremamente poderosa ao ser aplicada no cenário educacional inclusivo.

1.3. Desenho Universal da Aprendizagem

Como já mencionado, o Desenho Universal da Aprendizagem é preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13146/2015). Além disso, atualmente estamos cercados de novas tecnologias e a cada momento surge algo novo, seja uma maneira de lecionar, ferramentas auxiliares ou até mesmo materiais prontos. Com o advento da Inteligência Artificial, a criação de material didático se tornou uma tarefa ainda mais ágil, porém é exigido um nível de diligência ainda maior para atingir um alto grau de eficiência. Saber o que ministrar requer estudos, e não somente gerar um material pronto, aplicar e usar um gabarito para corrigir, é muito fácil formar pessoas que respondem testes, mas a educação vai além de testes.

A Teoria da Aprendizagem⁷, como define Moreira (1999, p.19) “[...] tentativas de interpretar sistematicamente, de organizar, de fazer previsões sobre conhecimentos relativos à aprendizagem”, ou seja, uma tentativa de descrever o que acontece quando se aprende e como se aprende. Existem diversas teorias, que expõem diferentes formas de aprendizagem, tornando-se úteis para gerar diferentes caminhos para o desenvolvimento do ensino, fazendo com que haja mais de um modo de ensinar, e não apenas um método absoluto.

Os subterfúgios teóricos que distorcem propositadamente o conceito de inclusão, condicionando-a à capacidade intelectual, social e cultural dos alunos, para atender às expectativas e exigências da escola, precisam cair por terra com urgência. Porque sabemos que podemos refazer a educação escolar segundo novos paradigmas e preceitos, novas ferramentas e tecnologias educacionais. (MANTOAN, 2003, p.29)

Com a Declaração do Ano Internacional de Atenção às Pessoas com Deficiência⁸, que ocorreu em 1981, enfatiza uma maior discussão acerca do Design Universal (DU). O conceito

⁷ O conceito de aprendizagem emergiu das investigações empiristas em Psicologia, ou seja, de investigações levadas a termo com base no pressuposto de que todo conhecimento provém da experiência. Isso significa afirmar o primado absoluto do objeto e considerar o sujeito como uma tábula rasa, uma cera mole, cujas impressões do mundo, formadas pelos órgãos dos sentidos, são associadas umas às outras, dando lugar ao conhecimento. O conhecimento é, portanto, uma cadeia de idéias atomisticamente formada a partir do registro dos fatos e se reduz a uma simples cópia do real. (GIUSTA, 1985, p. 26).

⁸ No ano de 1981 foi proclamado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (Termo utilizado na época) pelas Nações Unidas. Esta proclamação teve como objetivo chamar as atenções para a criação de leis e movimentos, na tentativa de dar ênfase à igualdade de oportunidades para as pessoas com necessidades especiais.

Fonte: Wikipédia.

Link:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ano_Internacional_das_Pessoas_Deficientes#:~:text=O%20ano%20de%201981%20foi,as%20pessoas%20com%20necessidades%20especiais.

de DUA seria, de uma abordagem proveniente do DU, para que todos tenham acesso ao conhecimento sem qualquer empecilho. Apresentado por David Rose, Anne Meyer e outros pesquisadores do Center for Applied Special Technology (CAST), o DU é consolidado e tem ganhado cada vez mais notoriedade no ensino inclusivo. O conceito de Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), busca satisfazer uma coleção de princípios e métodos relacionados ao desenvolvimento curricular (CAST, 2014) procurando atravessar barreiras ao ensino e à aprendizagem (OLIVEIRA, 2020).

A grande vantagem de se utilizar o DUA é o seu poder de alcance na aprendizagem, uma vez que não é feita uma distinção entre os educandos, como já mencionado anteriormente. Isso é extremamente relevante para que haja uma inclusão de alto grau de efetividade. Por não haver segregação entre estudantes, o DUA é aplicado a todos e todas, a fim de minimizar possíveis problemas como já citados anteriormente. Dando flexibilidade ao professor e tornando a avaliação eficaz, uma vez que todos terão acesso ao mesmo conteúdo.

O ponto de partida para se ensinar a turma toda, sem diferenciar o ensino para cada aluno ou grupo de alunos, é entender que a diferenciação é feita pelo próprio aluno, ao aprender, e não pelo professor, ao ensinar! Essa inversão é fundamental para que se possa ensinar a turma toda, naturalmente, sem sobrecarregar inutilmente o professor (para produzir atividades e acompanhar grupos diferentes de alunos) e alguns alunos (para que consigam se “igualar” aos colegas de turma). (MANTOAN, 2003, p. 39)

Tendo essa perspectiva em mente, o próximo tópico avançará e tratará sobre como o DUA pode ser uma ferramenta ideal para o ensino de língua inglesa em uma perspectiva inclusiva.

1.4. DUA e Possibilidades para o Ensino de Língua Inglesa

Uma boa estratégia de ensino-aprendizagem é aquela que se adequa ao nosso plano de ensino, e no cenário da presente pesquisa, esta ferramenta é o DUA. Uma vez que ele possibilita uma maior mediação do conhecimento por todas e todos os estudantes, aplicá-lo para o ensino da língua inglesa é uma excelente estratégia. Pois o processo de aprendizagem do inglês requer uma abordagem dinâmica e intuitiva, tratando o conceito de comunicação entre indivíduos como objetivo central.

Lecionar a língua inglesa na escola, e ainda mais na escola pública, possui grandes desafios, um bem recorrente é a quantidade de estudantes. Por diversas vezes, professores questionam a base curricular, pois não conseguem obter sucesso nas ministrações das aulas, e

tão pouco nos resultados dos aprendizes, e isso gera uma certa frustração por parte de ambos. Um desses desapontamentos é apontado por Polidório (2014):

É impossível se ensinar língua inglesa em uma escola que tem turmas com 30, 40 alunos. O que os professores geralmente fazem é trabalhar com o método Grammar Translation. Como um professor pode desenvolver uma aula de conversação com uma turma de 30 alunos com aulas que duram 45 minutos? E se considerarmos os 15 minutos perdidos até que ele comece a dar sua aula, teremos então 30 minutos de aula. Assim, seria 1 minuto para cada aluno. Se o professor fizer somente uma pergunta para cada aluno, alguns alunos terão que esperar até a aula seguinte para poderem participar. Nós estamos falando de uma língua internacional que milhões de pessoas falam no mundo. Partindo desse pressuposto, fica óbvio que o ensino de língua inglesa nas escolas deveria ser bem mais valorizado. (POLIDÓRIO, 2014, p.3)

É um desafio imenso ministrar aulas de inglês para turmas com trinta, quarenta estudantes, e ainda mais desafiador do ponto de vista inclusivo, porém na maioria das vezes essa é a realidade do Brasil. Acerca da estratégia com turmas numerosas, a pesquisadora em Educação Inclusiva, Rossana Ramos, ao participar de uma mesa redonda no Canal Infortec em 2020, intitulada ‘As Linguagens da Inclusão: inclusão na prática’⁹, enfatizou que por mais que tenhamos dezenas de estudantes na sala, eles também têm similaridades que os permitem serem vistos como grupos ao passo que suas características como indivíduos são respeitadas. Por exemplo, em diversas atividades, uma turma com 40 estudantes, as/os estudantes também se identificam com discussões/temas que são trabalhados em 4 grupos de 10 ou 10 grupos com 4 estudantes. Essa perspectiva é importante para não colocar um sentimento de angústia na/no professor/a que deseja ser inclusivo. Segundo Nelson (2014), citado por Zerbato (2018, p.56), o DUA está fundamentado em pesquisas científicas sobre a aprendizagem que ressaltam que:

1- A aprendizagem está relacionada tanto aos aspectos emocionais quanto aos biológicos do indivíduo, ou seja, a quantidade de sono, a alimentação, as predisposições e as emoções são fatores que precisam ser respeitados;

2- É importante que os alunos tenham experiências significativas, tempo e oportunidade para explorarem o conhecimento. Uma das mais ricas fontes de aprendizagem são aquelas adquiridas por meio de experiências;

3- As emoções têm uma importância fundamental, pois motivam a aprender, a criar e a conhecer;

⁹A roda de conversa está disponível no Canal INFORTEC (Núcleo de pesquisa em Linguagem e Tecnologia do CEFET-MG).

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=4SJe56xINV8&t=3089s>

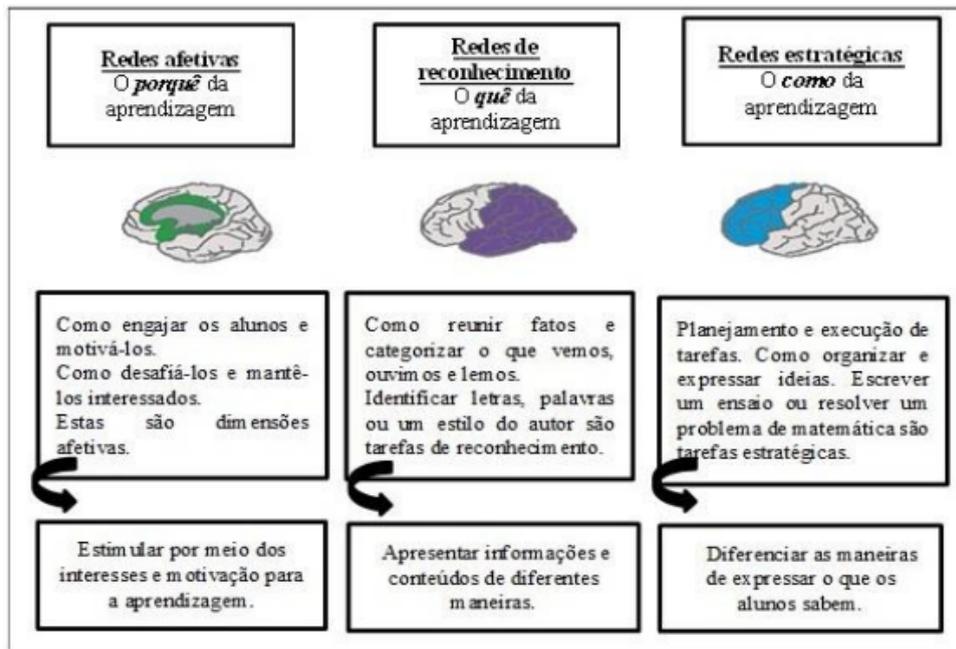
4- O ambiente é muito importante. Os conhecimentos aprendidos precisam ser significativos e se tais aprendizagens não forem usadas em outros ambientes, os conhecimentos e conexões estagnam-se. Destaca-se nesse princípio, não só a relação entre diferentes contextos de aprendizagem, mas também a transferência dessas aprendizagens para outros ambientes;

5- A aprendizagem deve ter sentido para o sujeito, em outras palavras, as informações precisam relacionar-se e estarem interligadas com quem aprende. Se não for assim, há memorização, mas não aprendizagem;

6- Cada indivíduo é único e, conseqüentemente, isso nos remete para os estilos e ritmos de aprendizagem e modos singulares de aprender em cada indivíduo;

7- A aprendizagem é aprimorada com desafios e inibida com ameaças, ou seja, o indivíduo precisa tanto de estabilidade quanto de desafio. Tais aspectos têm como premissa estudos de três grandes sistemas corticais do cérebro envolvidos durante a aprendizagem, designados de redes de reconhecimento, estratégicas e afetivas (ROSE; MEYER, 2002), conforme **Figura 1.1**.

Figura 1.1 – Estratégias do Desenho Universal para Aprendizagem associadas às redes de aprendizagem.



Fonte: Zerbato (2018) traduzido e adaptado de Nelson (2014)

Aprender uma nova língua demanda tempo, e a forma como o tempo é aproveitado pelo professor pode ser entediante para os estudantes. Manter os aprendizes **engajados**, o qual é o primeiro princípio do DUA, é um grande desafio, porém existem algumas estratégias como citado por Zerbato (2018, p.58), “i) fornecer níveis ajustáveis de desafio; ii) oferecer oportunidade de interagir em diferentes contextos de aprendizagem; iii) proporcionar opções

de incentivos e recompensas na aprendizagem”. Quando há engajamento, quarenta alunos podem se engajar na aprendizagem ao passo que reconhecemos que embora tenham suas individualidades, há também uma coletividade presente no engajamento que não ocorre só individualmente. Em outras palavras, quando propomos atividades inclusivas, subsidiadas pela DUA, as pessoas reconhecem suas similaridades e diferenças em uma rede interações. Por exemplo, as/os estudantes podem interagir em grupos de 3,4, 5 e assim por diante para participar de uma atividade. E não há uma regra metódica de como isso deve ser aplicado, o critério é do professor, um audiobook, filmes, aplicativos web ou até mesmo papel e caneta são possibilidades, podendo ser aplicadas quando necessário.

O segundo princípio do DUA é o da **representação**, que são estratégias pedagógicas que buscam a apresentação e o reconhecimento da informação a ser aprendida. Ou seja, é a relação que se faz com o conhecimento por meio da memória, necessidades e emoções de cada um (ZERBATO, 2018). Este princípio tem como objetivo apresentar ao educando formas de obter informações sobre um determinado assunto. Zerbato (2018) fornece alguns exemplos práticos, como: a utilização de livros digitais, softwares especializados e recursos de sites específicos, elaboração de cartazes, de esquemas e resumos de textos, construção de cartões táteis e visuais com códigos de cores, entre outros. Estimulando os estudantes a buscar mais de uma forma de consolidar seus conhecimentos, não se prendendo a apenas um método de pesquisa, mas sim trabalhando outras fontes de informação.

De acordo com Rose e Meyer (2002), o princípio da representação é estruturado em torno de três orientações:

- I. Dar opções para a compreensão: mobilidade entre os conhecimentos prévios até aos conceitos mais abrangentes, trabalhar com conceitos mais complexos para ganhar uma compreensão aprofundada;
- II. Dar opções para linguagem, expressão matemática e símbolos: oferecer suporte para os estudantes em sua compreensão de textos, números, símbolos e linguagem;
- III. Dar opções para percepção: adequação de informações auditivas, visuais e concretas.

Para Rose e Meyer (2002), como citado por Zerbato (2018), a base da representação é o próprio ato de ensinar. Por isso muitos professores se sentem mais à vontade para trabalhar este princípio.

E ensinar é o que a maioria acredita que está fazendo quando se torna professor. Como compartilhar as informações com os estudantes? Como

decidir as ferramentas, recursos e estratégias a serem utilizadas? As orientações do princípio da representação auxiliam na resposta a todos esses questionamentos. (ZERBATO, 2018, p.58)

É de suma importância aplicar estratégias do princípio de representação, afinal, para nós educadores, ensinar é o cerne de nossa profissão. Com a utilização do DUA, a criação de um material funcional e coeso é uma responsabilidade do professor. Por isso, as definições de ferramentas auxiliares, que trabalham na aplicação e em conjunto com o DUA farão total diferença. Para o ensino da língua inglesa existem uma infinidade de caminhos a se seguir, como ilustração, desenhos animados e áudios e vídeos interativos. Como se trata de comunicação, o trabalho em equipe é indispensável, trabalhando os quatro aspectos que são essenciais: escuta, fala, leitura e escrita. Zerbato (2018) cita estratégias do princípio de representação:

Ensinar vocabulário a partir de objetos concretos e demonstração, relacionar os problemas de matemática e de vocabulário ao conhecimento prévio, aplicar problemas às situações de vida diária, encorajar a elaboração de desenhos para traduzir e visualizar problemas com palavras, fazer duplas de aprendizes entre aluno PAEE e outro não, formar grupos heterogêneos durante atividades de aprendizagem coletiva [...]. (ZERBATO, 2018, p.59)

O terceiro e último princípio é o de **Ação e Expressão**. Avaliar o progresso do estudante vai muito além de atribuí-lo uma nota. O aprendiz necessita saber o que ele está errando e acertando de um modo que transforme o seu modo de enxergar seus pontos fortes e fracos. As interações estudante-professor devem ser levadas a sério, fornecer um bom feedback para o educando pode gerar novas habilidades não descobertas por ele, estimular o aprendiz a falar inibe a possível e famosa vergonha de se abrir com o educador. Segundo Nelson (2014) citado por Zerbato (2018, p.59), “o princípio da Ação e Expressão encoraja os professores a incluírem interações físicas, usar tanto a alta tecnologia quanto as ferramentas não tecnológicas e estruturas que guiam o estudante para sua autoavaliação.” Zerbato (2018) fornece alguns exemplos de estratégias utilizadas para o alcance de tal princípio:

Elaboração e utilização de mapas conceituais - construídos on-line ou em papel - que proporcionam aos alunos um mapa gráfico para evidenciar a aprendizagem, gráficos elaborados com dados sobre o progresso de aprendizagem dos alunos, aprendizagem cooperativa (discussões em pequenos grupos sobre o que foi aprendido), pensar “em voz alta” (encorajar os alunos a falarem sobre o que aprenderam). (ZERBATO, 2018, p.60)

Para melhor ilustrar os três princípios que orientam o DUA na elaboração e planejamento de atividades, estratégias e materiais acessíveis, elaborou-se o Quadro 1.1:

Quadro 1.1 – Princípios orientadores do DUA

ORIENTAÇÕES PARA O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM		
<p><u>ENGAJAMENTO</u> (Redes afetivas)</p> <p><u>Fornecer opções de auto regulação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover expectativas e crenças que otimizam a motivação; - Facilitar habilidades de enfrentamento e estratégias pessoais; - Desenvolver a autoavaliação e reflexão. <p><u>Fornecer opções para sustentar esforço e persistência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a relevância das metas e objetivos; - Variar demandas e recursos para otimizar o desafio; - Promover a colaboração e comunidade; - Aumentar o feedback orientado. <p><u>Fornecer opções para interesse e recrutamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Otimizar a escolha individual e a autonomia; - Otimizar relevância e autenticidade; - Minimizar as ameaças e distrações. 	<p><u>REPRESENTAÇÃO</u> (Redes de reconhecimento)</p> <p><u>Fornecer opções para a compreensão:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ativar ou fornecer conhecimentos profundos; - Destacar características críticas, grandes ideias e as relações. <p><u>Fornecer opções para expressões matemáticas de linguagem e símbolos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Esclarecer vocabulário e símbolos; - Esclarecer sintaxe e estruturas; - Suporte para decodificação de texto, anotação matemática e símbolos; - Promover a compreensão por meio de linguagem; - Ilustrar pela mídia múltipla. <p><u>Fornecer opções para percepção:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ofertar a personalização para exibição de informações; - Oferecer alternativas para a informação auditiva; - Oferecer alternativas para a informação visual. 	<p><u>AÇÃO E EXPRESSÃO</u> (Redes estratégicas)</p> <p><u>Fornecer opções para funções executivas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir metas apropriadas como guias; - Planejar as estratégias de apoio ao desenvolvimento; - Melhorar a capacidade de acompanhamento dos progressos. <p><u>Fornecer opções para expressão e comunicação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Usar a mídia para a comunicação; - Usar várias ferramentas para a construção e composição; - Construir fluências com níveis graduais de apoio à prática e ao desempenho. <p><u>Fornecer opções para ação física:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Variar os métodos de resposta e navegação; - Otimizar o acesso às ferramentas e às tecnologias assistivas.

Fonte: Traduzido e adaptado de Nelson (2014), Utilizado por Zerbato (2018).

COMENTÁRIO

É possível correlacionar os princípios do DUA com as habilidades da BNCC relativas à língua inglesa e assim complementar essa seção. Seria interessante apresentar o DUA e como ele se desenvolve para depois correlacionar com a língua inglesa aqui mais explicitamente.

2. METODOLOGIA

Prezando o objetivo de avançar na compreensão do DUA aplicado à aprendizagem da língua inglesa, sob a perspectiva inclusiva, essa pesquisa é ancorada na abordagem qualitativa e em uma pesquisa bibliográfica e exploratória.

O presente trabalho se insere em uma perspectiva qualitativa uma vez que “na pesquisa qualitativa, busca-se compreender a complexidade e a profundidade dos fenômenos sociais por meio da imersão nos contextos (...) e na interpretação dos significados” (FLICK, 2015, p.74), ao passo que essa interpretação também é subjetiva. Nesta pesquisa, o DUA aplicado ao ensino da língua inglesa como foco do estudo, e por se tratar de uma língua franca, portanto é um fator determinante para a escolha desta natureza de pesquisa, tendo em vista que “o objetivo da pesquisa está, então, menos em testar aquilo que já é bem conhecido [...] e mais em descobrir o novo e desenvolver teorias empiricamente fundamentadas.” (FLICK, 2009, p.24).

Acrescentando, uma que se trata de uma pesquisa bibliográfica, onde foi realizado o “levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.” (DE SOUSA, 2021, p.66). A confirmação também é dada por Denzin e Lincoln (2006), caracterizando-a por ser

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Uma vez que não se busca uma conclusão definitiva, trata-se também de uma pesquisa exploratória, que "tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com um problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses"(GIL, 2002, p.41).

Para alcançar o objetivo deste trabalho, foram utilizados como base obrigatória os princípios do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) em conjunto com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a criação de uma atividade curricular que trabalha a língua inglesa de forma inclusiva, visando promover um ambiente de aprendizado que acolha as

diferentes formas de absorção do conhecimento e permitindo aos alunos explorar o idioma de maneira acessível baseando-se na equidade.

2.1. Possível Contexto de Aplicação

Por estar realizando estágios ao longo dos períodos finais, o contato com a sala de aula foi algo constante no meu cotidiano. Portanto, utilizar essa experiência adquirida e poder aplicá-la de forma natural é algo que torna o processo mais fidedigno, uma vez que será adotado no mundo real, que eu testemunhei ao longo de minha experiência durante os períodos de estágio.

Desse modo, a atividade foi pensada para uma possível aplicação para o sexto ano do Ensino Fundamental, contendo estudantes de diferentes perfis em situação de deficiência ou não. Por ser uma escola pública, engloba uma grande gama de diversidade entre estudantes. Para a execução da atividade proposta, foi escolhida uma turma do sexto ano do ensino fundamental, a qual está nos caminhos iniciais do aprendizado da língua inglesa.

2.2. Atividade Proposta

Para se atingir o objetivo deste presente trabalho que, como dito anteriormente, é refletir possibilidades de contribuição do DUA para o ensino-aprendizagem da língua inglesa, foi desenvolvida uma atividade de minha autoria. A atividade visa atingir principalmente estudantes nos estágios iniciais da aprendizagem da língua inglesa. Para atender ao âmbito acadêmico e escolar, o público-alvo desta atividade são estudantes do sexto ano do ensino fundamental. Considerando que a escola pública ainda é o espaço que atende o maior número de estudantes no Brasil, será considerado esse contexto, que possui maior diversidade entre educandos. Ao fundamentar a escolha do público-alvo, é possível alinhar a atividade proposta com as diretrizes defendidas por Mantoan (2003):

Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. (MANTOAN, 2003, p.14)

A proposta da atividade é trabalhar os princípios do DUA em conjunto com as competências da BNCC, de modo que possamos identificar as contribuições do DUA. É de extrema importância que ambos caminhem juntos, pois, como citado pela própria BNCC:

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. (BRASIL, 2018)

Essa atividade trabalha os quatro pilares da aprendizagem de línguas, que são: leitura, escrita, escuta e fala. Pensando no panorama inclusivo, a atividade foi pensada utilizando recursos que atendem ao ensino utilizando o DUA. Portanto, todas e todos os estudantes receberão o mesmo conteúdo e serão incentivados a trabalharem de forma colaborativa e flexível, sem ferir os princípios impostos.

A base desta atividade é uma aula que traz à tona países que possuem a língua inglesa como língua oficial. Trabalhando a seguinte habilidade da língua inglesa no ensino fundamental (6º ano) de acordo com a BNCC: EF06LI25¹⁰ - Identificar a presença da língua inglesa na sociedade brasileira/comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado. Tendo como objetivo mostrar a diversidade de países em que se fala a língua inglesa não restringindo-se à Inglaterra e Estados Unidos, (como muitos livros infelizmente incitam). Sabe-se que com o avanço da tecnologia, muitos desses estudantes já tiveram contato com a língua, no entanto, como frisado por Silva (2019):

Apesar do contato cotidiano por meio da música, filmes, séries, etc. que a maioria dos alunos já estabelece com as diversas variedades da língua inglesa, o enfoque à pluralidade do idioma no contexto escolar ainda precisa ser mais fortalecido. (SILVA, 2019, p.167)

Como dito acima, a pluralidade do idioma no contexto escolar precisa ser fortalecida. Tendo isso em mente e partindo de um pressuposto que alguns estudantes têm mais interação com a língua inglesa do que outros, é de observar que alguns alunos, terão sim, um processo de aprendizagem mais rápido que outros. Sendo assim, o trabalho cooperativo é de suma importância para atingir o nosso objetivo. Alunos podem aprender com outros alunos e isso será trabalhado através da atividade proposta, tendo como objetivo a construção de relacionamentos, gerando cada vez mais um ambiente inclusivo.

COMENTÁRIO

¹⁰ EF – Ensino Fundamental, 06 - Sexto ano, LI - Língua Inglesa

3. DESENHANDO A ATIVIDADE

Nesta seção, apresentarei a análise e discussão dos dados deste trabalho por meio da apresentação e discussão de uma sequência da aplicação dos conceitos de inclusão do DUA, observando diferentes habilidades da língua inglesa na BNCC.

3.1. Análise de uma sequência de atividades subsidiadas pela DUA para o ensino-aprendizagem da língua inglesa

Em escolas públicas, a gama de diversidade é muito grande. Por isso, a presente proposta é direcionada aos estudantes e professores de escolas públicas¹¹. Essa atividade também pode ser utilizada em escolas de outra natureza, privada, de idiomas etc. Salientando que os procedimentos aqui relatados não são uma fórmula para ser aplicada a todos os cenários, mas a descrição do processo de criação de um plano de aula baseado em minhas vivências. Essa descrição busca auxiliar a criação de conteúdo, expondo as formas como obtive soluções utilizando o DUA.

Ao pensar como desenvolver essa atividade, primeiramente, retomarei os princípios do DUA. Então, como dito anteriormente, o primeiro princípio é **engajar** o aluno. Pode parecer uma tarefa simples quando se trata do inglês, porém, nem todos os alunos enxergam a necessidade do inglês em sua vida futura. Portanto, apenas apresentar o inglês como língua franca não é o suficiente, como citado por Silva (2019):

Para Siqueira (2011a, p. 90), ensinar essa língua híbrida e franca, que é o inglês, demanda uma visita diária a novas fronteiras, que, por sua vez, geram novas prioridades, dentre as quais as pedagogias mais adequadas para tal realidade. Portanto, estabelece-se como desafio a implementação de práticas pedagógicas que ressignifiquem o ensino de língua inglesa, tendo, por conseguinte, como enfoque o seu caráter híbrido e multifacetado. (SILVA, 2019, p.160)

Esta etapa busca a inclusão de forma empírica, ou seja, de acordo com a vivência diária do professor na sala de aula. O ponto de partida é o entendimento das necessidades individuais de cada estudante. Investir o tempo em conhecer as habilidades, preferências e

¹¹ Ao ser direcionada à escola pública, fica claro que toda e qualquer escola com recursos podem aplicar o conteúdo. Que fique claro que não estou restringindo o trabalho e sim possibilitando que os formatos de escolas com menos recursos consigam aplicar a proposta.

desafios específicos enfrentados por cada aluno em situação de deficiência. O professor deve estar atento às possíveis dificuldades na expressão verbal, podendo buscar diversas formas de comunicação. Gestos, expressões faciais, e outros meios não verbais devem ser encorajados para permitir que os alunos se expressem da maneira que lhes seja mais confortável. Caso necessário, o professor pode trabalhar juntamente com a professora de apoio. Trabalhando ativamente no processo de inclusão, oferecendo suporte adicional, estratégias personalizadas, e auxiliando na comunicação, adaptando-se às necessidades específicas de cada estudante.

Digamos que o professor identificou um aluno com deficiência auditiva em sua turma. O ponto de partida seria dedicar tempo para compreender as necessidades individuais desse estudante. O professor se empenharia em conhecer as habilidades, preferências e desafios específicos enfrentados por esse aluno em particular. Durante as aulas, o professor estaria atento às possíveis dificuldades na expressão verbal desse aluno com deficiência auditiva. Em vez de se limitar ao método tradicional de comunicação oral, o professor incentiva o uso de gestos, expressões faciais e outros meios não verbais para permitir que o aluno se expressasse da maneira mais confortável possível.

O engajamento deve ser constante para que o ritmo de aprendizagem tenha poucas baixas. Por isso, o professor pode ir além da sala de aula e buscar manter a interação de acordo com o perfil da classe. Criar ambientes de interação reforça a visão inclusiva, fazendo com que todos possam interagir em um ambiente seguro e sem preconceitos. Esta prática busca a integração, reforçando a rotina dos alunos e trazendo cada vez mais possibilidades de se compartilhar vivências e conhecimento como defendido por Silva (2019):

Portanto, como um espaço de aprendizagem e interação de conhecimentos, o papel da escola precisa ser mais enfático na implementação de práticas que fomentem a pluralidade da língua inglesa, promovendo, assim, uma maior integração entre o contexto escolar e as práticas diárias dos alunos, como a participação em redes sociais e/ou fóruns virtuais nos quais os mais variados falantes utilizam a língua inglesa de caráter heterogêneo para compartilhar ideias. (SILVA, 2019, p.167)

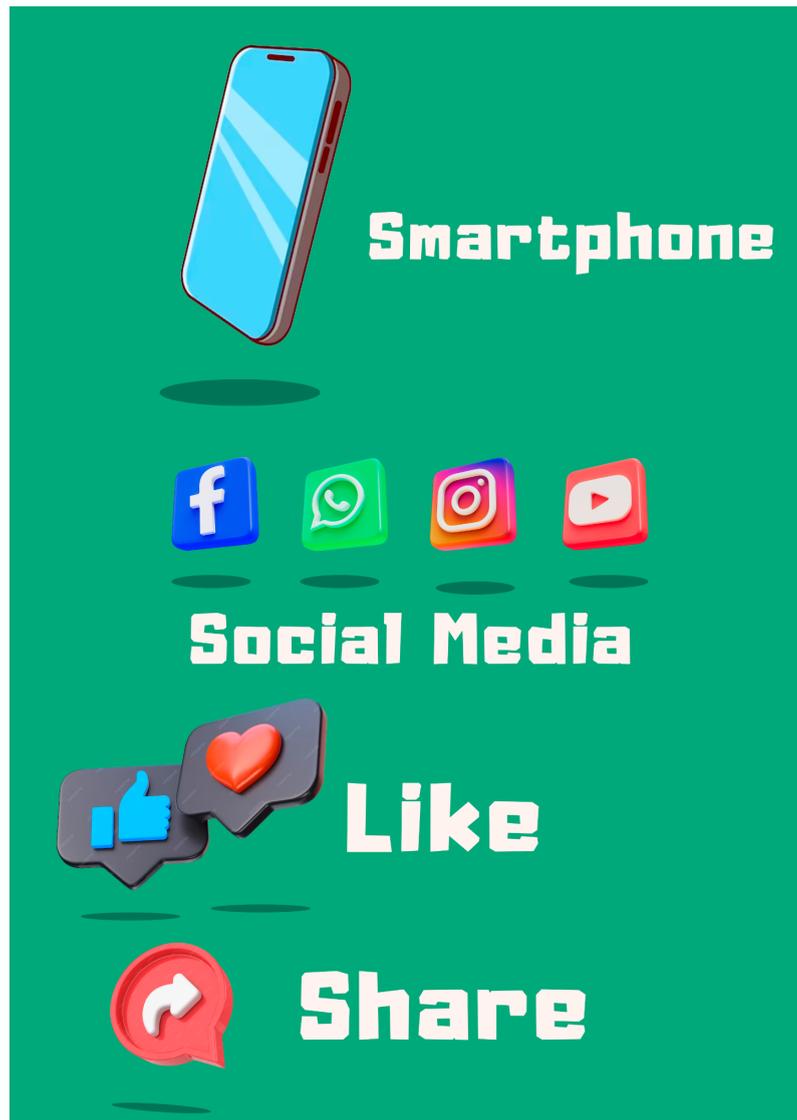
O segundo princípio DUA é a **representação**, ou seja, a apresentação de conteúdo para o discente. Ao pensar nessa etapa, surgiram diversas ideias, e a mais pensada foi a utilização de recursos interativos e cooperativos, uma vez que os alunos com os quais tive contato se mostraram mais adeptos e mais interessados quando trabalhamos juntos em sala de aula. Saber o que os educandos se interessam é fundamental para a construção de um material didático. Pois, segundo Orsati (2013) e citado por Zerbato (2018, p.61), o planejamento do ensino para a diversidade implica, em primeiro lugar, em reconhecer as habilidades, os estilos

de aprendizagem, as capacidades e os interesses diferenciados existentes dentro da sala de aula.

Utilizando um recurso visual, como o projetor, a cartolina ou até mesmo o quadro negro, a ideia é apresentar aos alunos o conteúdo de forma interativa. Essa etapa é em sua essência a mais pura docência, onde se deve apresentar aos alunos o conteúdo a ser ensinado. Portanto, entender as necessidades dos estudantes e como eles absorvem os conteúdos é crucial nesta etapa. Trabalhar a interação em grupo proporciona contato entre as diferenças, fomentando a possibilidade de inclusão e a quebra de preconceitos. Recursos visuais como imagens, gráficos e vídeos podem ser utilizados para complementar a comunicação verbal. Isso não apenas beneficia os alunos em situação de deficiência, mas também enriquece o ambiente de aprendizado para todos os estudantes.

O material desenvolvido foi pensado utilizando questões básicas do inglês, aproximando o cotidiano dos alunos do estudo da língua. Para isso, buscar o que o aprendiz conhece e o que faz parte do seu campo de conhecimento já foi feito na etapa de engajamento. Os alunos devem ser estimulados a expressar suas preferências de maneira flexível, seja através de apontar para imagens com gestos, selecionar opções pré-determinadas, utilizar tecnologias assistivas, ou qualquer outra forma que esteja alinhada às suas habilidades individuais. Explorar essa vantagem traz para o estudante um nível de confiança ao saber que o professor nota sua presença em sala. Utilizar palavras que fazem referência ao atual local onde estão é ser uma ótima ideia de assimilação. Ao contextualizar o ensino de inglês dentro do cenário cotidiano dos estudantes, sem distinguir estudantes em situação de deficiência ou não, cria-se uma ponte entre o aprendizado da língua e suas experiências diárias, tornando o processo mais significativo e envolvente, como por exemplo na **Figura 3.1**.

Figura 3.1 – Exemplo de representação para se utilizar seguindo a estratégia DUA.



Fonte: Da Autora (2023).

A figura supracitada exemplifica de forma simples como imagens e palavras presentes no cotidiano de todas e todos as/os estudantes podem servir de ponto de partida para explorar o conhecimento prévio delas/deles e valorizar suas experiências individuais e/ou coletivas. A exemplo disso, estudantes em situação de deficiência precisam ser reconhecidos e valorizados como os demais no sentido de que utilizam diversas palavras da língua inglesa ao fazerem uso de mídias sociais e equipamentos tecnológicos da atualidade.

O professor pode utilizar a figura promovendo discussões, atividades de vocabulário, conexões com o cotidiano, atividades de escrita e apresentações multimodais, adaptando-se para garantir a participação plena de todos os alunos. Essa abordagem não só facilita o

aprendizado do inglês, mas também promove a inclusão e respeita a diversidade de experiências dos estudantes.

Tendo em mente o perfil dos estudantes, a criação de materiais didáticos pode tomar diversos rumos. Dito isso, é importante frisar que os exemplos aqui citados são para exemplificar o modo de se pensar a criação da atividade e não uma regra absoluta. O DUA é flexível e oferece diversas possibilidades, toda e qualquer atividade DUA deve ser pensada em um perfil de classe já detectado pelo professor.

Construir o conteúdo junto aos alunos é algo que faz toda diferença na perspectiva inclusiva. Ao se pensar na representação, é fundamental que se pense em como todo o material será recebido pelo discente. A interação aluno-professor é de suma importância nesse processo, uma vez que o aluno deve ter plena confiança no professor. Além de uma liberdade em saber que pode se expressar de formas diferentes, usando diferentes linguagens como a verbal, não-verbal, o movimento e entre outras para expressar a língua na modalidade oral e/ou escrita.

A utilização de recursos visuais, em áudio ou de outra natureza auxilia a deixar o conteúdo menos denso para os alunos. Porém, o professor deve ter em mente que estes recursos não substituem descrições e definições, as quais devem ser trabalhadas a fundo com os alunos. Estas estratégias visam criar um ambiente de aprendizado inclusivo, onde cada estudante, independentemente de suas habilidades, sinta-se parte integrante da comunidade escolar. O foco está na valorização das habilidades individuais e na promoção de uma cultura que celebra a diversidade. Portanto, saber aplicar os recursos visuais é um dos desafios a serem trabalhados em atividade DUA, pois são extremamente benéficos para a aprendizagem.

Dito isso, o presente material propõe recursos audiovisuais, uma vez que os alunos se sentem atraídos por esse tipo de recurso. Neste cenário, pode ser apresentado aos alunos países que contêm a língua inglesa como língua nativa. Essa abordagem convida os estudantes a pensar no inglês no dia a dia, ou seja, como língua franca, essa língua faz parte do nosso dia a dia e não a aprendemos apenas pensando em outros países (globalização, viagens...) mas para uso social no nosso cotidiano. O YouTube oferece uma vasta gama de curiosidade, tutoriais, aulas em vídeo, etc. Por essa razão, pode ser usado para aprender novas habilidades. A Figura 3.2 apresenta um vídeo no YouTube que pode ser trabalhado com o conteúdo já proposto, mostrando países que têm a língua inglesa como nativa de forma visual e informativa.

Figura 3.2 – Print da tela do Youtube, contendo um recurso audiovisual para se utilizar seguindo o princípio da **representação**.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=D8KbjHPVmH8>

Explorar ferramentas que auxiliam no ensino é o ponto forte do princípio da representação. Não se prender a padrões impostos é o segredo para o sucesso desta etapa. Com os exemplos dados acima, e a forma em como foram pensados, fica claro que o ensino inclusivo não segue padrões, nem mesmo devem ser padronizados. O que existe são maneiras de se pensar, e ferramentas que facilitam o processo de ensino. Por isso, ao criar conteúdos didáticos que realmente são inclusivos, pense no estudante, levando em conta suas particularidades e em formas de fornecer conhecimento da maneira mais assertiva possível.

Materiais didáticos podem ser adaptados para garantir acessibilidade e gerar inclusão. A professora de apoio pode e deve colaborar com o professor titular na adaptação de materiais, assegurando que estejam alinhados às necessidades específicas dos alunos em situação de deficiência. A configuração da sala de aula deve ser projetada para ser inclusiva e respeitar as diferentes formas de expressão. Todos os alunos devem ser incentivados a interagir e participar, independentemente de suas habilidades. O ambiente promove uma cultura de aceitação e valorização da diversidade. Pois, segundo Sousa e Tomlinson (2018), citado por Maia (2020, p.10):

Uma aula de ensino diferenciado proporciona um ambiente de aprendizagem positivo. Esse ambiente de aprendizagem, como o contexto físico e

emocional em que a aprendizagem ocorre, está associado à organização e estrutura de uma sala de aula, que deve convidar todos os alunos à aprendizagem, i.e., a investirem os seus melhores esforços para aprenderem total e profundamente. (SOUSA; TOMLINSON, 2018)

Existem diversas maneiras de se ensinar utilizando o DUA, foram apresentadas acima duas formas utilizando o princípio da representação. Porém, existem diversas formas de se trabalhar a representação. Como defendido por Zerbato (2018):

Quanto maior as possibilidades de apresentar um novo conhecimento, maior as possibilidades em aprendê-lo. Exemplos práticos envolveriam a utilização de livros digitais, softwares especializados e recursos de sites específicos, elaboração de cartazes, de esquemas e resumos de textos, construção de cartões táteis e visuais com códigos de cores, entre outros. (ZERBATO, 2018, p.58)

Avaliar o aluno é uma das tarefas mais difíceis atualmente, ainda mais no Brasil. Pois, ainda há uma grande barreira por conta dos formatos de provas padronizadas, como avaliações tradicionalmente usadas em vestibulares, para que o aluno defina seu futuro. Isso impacta diretamente na escola para todos e no formato de ensino não flexível. O terceiro princípio do DUA, chamado **ação e expressão**, busca trabalhar exatamente a questão da avaliação do aluno. As possibilidades de se avaliar um aluno, de atender às suas necessidades e buscar o acompanhamento necessário. Existem diferentes formas do aluno expressar o que sabe, e na maioria das vezes esse campo não é explorado. A inclusão necessita dessa variedade de formas de se medir o conhecimento dos alunos, como defende Mantoan (2003):

Suprimir o caráter classificatório de notas e de provas e substituí-lo por uma visão diagnóstica da avaliação escolar é indispensável quando se ensina a turma toda. Para ser coerente com essa novidade, o professor priorizará a avaliação do desenvolvimento das competências dos alunos diante de situações-problema em detrimento da memorização de informações e da reprodução de conhecimentos sem compreensão, cujo objetivo é apenas tirar boas notas e ser promovido. O tempo de construção de uma competência varia de aluno para aluno e sua evolução é percebida por meio da mobilização e da aplicação do que o aluno aprendeu ou já sabia para chegar às soluções pretendidas. (MANTOAN, 2003, p.39)

Para exemplificar, será descrito uma reflexão sobre a aplicação e avaliação de competências da BNCC tendo em vistas os princípios de engajamento, representação do DUA, já aprofundados anteriormente. O princípio de ação e expressão, o qual envolve a avaliação e criação de estratégias de desempenho para os estudantes será aprofundado no

decorrer da reflexão. As competências e suas respectivas descrições de aplicações utilizando o DUA podem ser visualizadas e estudadas no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 – Exemplos de possibilidades de trabalho com a BNCC (Língua inglesa) na perspectiva do DUA

Habilidades BNCC	Princípios do Desenho Universal da Aprendizagem		
	ENGAJAMENTO (Redes afetivas)	REPRESENTAÇÃO (Redes de reconhecimento)	AÇÃO E EXPRESSÃO (Redes estratégicas)
EF06LI24: Investigar o alcance da língua inglesa no mundo: como língua materna e/ou oficial (primeira ou segunda língua)	Vincule a investigação sobre a língua inglesa ao interesse e às experiências dos estudantes, destacando situações em que o inglês é usado em seu cotidiano. Por exemplo: livros, filmes, seriados, músicas, internet, etc.	Apresente aos estudantes uma variedade de recursos, como artigos, áudios, vídeos, entrevistas ou até mesmo imagens ou mapas interativos que apontem diferentes perspectivas sobre a língua inglesa no mundo.	Dê a oportunidade dos estudantes expressarem suas descobertas de maneiras diversas, como apresentações orais, ensaios escritos ou trabalhos em grupo. Incentivando a compartilharem perspectivas sobre o alcance da língua inglesa.
EF06LI25: Identificar a presença da língua inglesa na sociedade brasileira/comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado.	Relacione o conteúdo ao dia a dia dos alunos, destacando exemplos específicos de como a língua inglesa está presente na sociedade brasileira. Isso pode incluir músicas, filmes, redes sociais, publicidade, etc. Estimule os alunos a refletirem e a compartilharem sobre como a língua inglesa impacta suas próprias vidas e identidades culturais.	Exponha elementos culturais brasileiros com influência da língua inglesa, destacando como essa influência se entrelaça com a cultura local. Utilizando uma variedade de materiais, como vídeos, músicas, textos publicitários, postagens em redes sociais e notícias, para apresentar diferentes contextos nos quais a língua inglesa está presente.	Encoraje os estudantes a expressarem suas descobertas de maneiras criativas, como criando vídeos, músicas, cartazes ou apresentações que ilustrem como a língua inglesa está incorporada e influencia o seu cotidiano. Diferentes formas de expressão e comunicação são essenciais, reconhecendo a diversidade de habilidades dos estudantes.
EF06LI26: Avaliar elementos/produtos culturais de países de língua inglesa absorvidos	Promova a valorização da diversidade cultural e estimule a	Exponha para os estudantes e associe a realidade brasileira os	Proponha atividades interativas que incentivam a

pela sociedade brasileira/comunidade.	compreensão de como diferentes culturas coexistem e influenciam umas às outras. Traga elementos do interesse dos aprendizes, a conversa pode abrir novas possibilidades, agregando valor, e demonstrando a importância do aprendiz e seus interesses.	elementos que consumimos a muito tempo e não percebemos que origem tem relação com a língua inglesa. Inclua materiais que representem perspectivas diversas, garantindo que os alunos tenham acesso a uma gama de expressões culturais.	exploração ativa dos elementos culturais. Projetos que permitam aos alunos explorar elementos culturais específicos de maneira mais aprofundada. Criando diferentes formas de expressão, podendo criar apresentações e exposições de conteúdo de maneira coordenada.
---------------------------------------	---	---	--

Fonte: Da autora (2023).

Atividades avaliativas tradicionais tendem ser “moldadas” de uma única forma de representação, excluindo assim estudantes que necessitam de maneiras específicas de aprendizagem, o que na verdade significa todas e todos elas/eles! Esse formato inflexível tende a causar a exclusão de estudantes em situação de deficiência. Com o DUA, os estudantes são estimulados para que expressem seu entendimento de maneiras diversas, como por meio de escrita, apresentações orais, projetos visuais, entre outros. Perceba, no Quadro 3.1, que a aplicação do DUA, em resposta às competências, proporciona oportunidades para que os estudantes expressem seu aprendizado da maneira que for mais confortável, seja através de apresentações orais, projetos visuais entre outros. Com essas diferentes estratégias, cria-se para o professor múltiplas formas de acompanhar o desempenho dos alunos e fornecer uma melhor estratégia de apoio e desenvolvimento.

Até aqui podemos assumir que as atividades utilizando o DUA é centrada nas necessidades individuais dos estudantes, permitindo que as atividades sejam adaptadas para atender às diversas habilidades e estilos de aprendizagem. As habilidades apresentadas no Quadro 3.1 são importantes na abordagem das competências, especialmente no que diz respeito à inclusão e à flexibilidade oferecidas pelo Desenho Universal de Aprendizagem (DUA). Como mencionado, a abordagem tradicional é limitada e menos inclusiva, oferecendo aos alunos apenas uma maneira de demonstrar compreensão. Por outro lado, os princípios do DUA destacam-se ao abraçar a colaboração e a investigação em grupo como estratégias de aprendizado. Essa estratégia não apenas trabalha as competências da BNCC de forma mais aprofundada, mas também proporciona um ambiente inclusivo, onde os alunos podem expressar suas habilidades de maneiras diversas.

Existem diversas competências oferecidas e padronizadas pela BNCC. No entanto, a forma de trabalhá-las e avaliá-las é um papel do professor. Não se limitar ao escopo oferecido pela BNCC é uma estratégia à qual todos os professores podem aderir. A flexibilidade para adaptar as atividades, implementar estratégias disruptivas e ir além do padrão estabelecido pode enriquecer significativamente a experiência de aprendizado dos estudantes. É importante destacar que a ideia de adaptar aqui não significa infantilizar ou "simplificar as atividades" mas conferir a elas um caráter de diversidade na forma de apresentar, representar e engajar os/as estudantes por meio de diferentes linguagens (SOUZA, 2020). Essa abordagem criativa e adaptativa reflete não apenas na abordagem de ensino-aprendizagem utilizando DUA, mas também a dedicação em atender verdadeiramente às necessidades únicas de cada estudante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi explorar a aplicação do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) no contexto do ensino de língua inglesa, com ênfase na perspectiva inclusiva, observando algumas habilidades e competências propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em atendimento à Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13146/2015). Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, buscou-se compreender como os princípios do DUA podem ser integrados de maneira eficaz no ensino da língua inglesa, considerando a diversidade de alunos, principalmente em ambientes escolares públicos. A aplicação do DUA indica e estimula a reflexão de uma abordagem mais flexível e disruptiva no processo de aprendizagem. A aplicação dos princípios do DUA, engajamento, representação e ação e expressão, fomentam um ambiente de ensino mais inclusivo. Permitindo que o estudante tenha mais de uma forma de aprender e expressar seu conhecimento, sendo adaptável às necessidades individuais de cada um.

A aplicação do DUA permite o engajamento das/dos estudantes, em situação de deficiência ou não, de maneira mais efetiva, considerando suas experiências, habilidades e interesses específicos, alinhado com a proposta da BNCC de valorização do protagonismo e das singularidades de cada estudante (Brasil, 2018). Além disso, fornece ao aluno em situação de deficiência confiança e qualidade de ensino, tornando a relação estudante-professor e estudante-estudante mais colaborativa e consistente. A representação do conteúdo de forma diversificada, com o uso de recursos variados, interativos e cooperativos, facilita a compreensão e participação de todos os estudantes, promovendo uma verdadeira inclusão. Moldando a forma de aprendizagem dos estudantes de forma a ampliar suas possibilidades de acordo com suas especificidades. A diversificação das formas de avaliação que o princípio da ação e expressão oferecem possibilita que os alunos demonstrem seu conhecimento de maneiras que estivessem alinhadas com suas habilidades individuais. Isso não apenas expande as possibilidades de expressão, mas também contribui para uma avaliação mais justa e abrangente.

Para avançar ainda mais nessa abordagem, pesquisas futuras que explorem aspectos específicos são de suma importância. Uma investigação profunda sobre a receptividade dos alunos e professores às estratégias do DUA, já apresentadas neste trabalho, que avalie o seu impacto real no aprendizado da língua inglesa. Além disso, explorar variações no desenvolvimento de materiais didáticos inclusivos e estratégias de avaliação flexíveis seria

fundamental para ampliar a compreensão e a aplicabilidade do DUA no contexto educacional brasileiro.

Concluindo, com este presente trabalho fica evidente que a aplicação do DUA no ensino de língua inglesa pode contribuir significativamente para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e eficazes, atendendo aos preceitos da BNCC. Além disso, é de se observar que todas e todos estudantes se beneficiam do DUA. Tanto professores quanto estudantes terão mais possibilidades de obter sucesso em suas respectivas esferas. A inclusão por meio de estratégias diversificadas atendendo às necessidades dos alunos em situação de deficiência, beneficia toda a comunidade escolar criando um ambiente enriquecedor e colaborativo para todas e todos. A busca pela inclusão, além de um compromisso educacional, é um investimento no desenvolvimento integral e equitativo de cada estudante e de um modelo de sociedade justa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2018.

_____. **Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999.

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União. 25 abr. 2007a.

_____. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília:Ministério da Educação (MEC), 1996.

_____. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017.

CANO, Márcio R. O. **“Práticas Pedagógicas inclusivas”**. Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2012.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.; GIARDINA, Michael D. Disciplining qualitative research. **International journal of qualitative studies in education**, v. 19, n. 6, p. 769-782, 2006.

FLICK, Uwe. **Introducing research methodology: A beginner's guide to doing a research project**. Sage, 2015.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. 2009. 405p.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIUSTA, Agneta da Silva. Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas. **Educação em Revista**, n. 01, p. 25-31, 1985.

MAIA, Vítor Ochoa; FREIRE, Sofia. A diferenciação pedagógica no contexto da educação inclusiva. **Revista Exitus**, v. 10, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; SOUSA, Sandra M. Zákia L. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. **Estilos da Clínica**, v. 5, n. 9, p. 96-108, 2000.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: Editora pedagógica e universitária, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 08 dez. 2023.

POLIDÓRIO, Valdomiro. O ensino de língua inglesa no Brasil. **Travessias**, v. 8, n. 2, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

SILVA, Crislane Santos; BARRETO, Andreia Cristina Freitas; FERREIRA, Lucimar Gracia. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS-BA. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 4, n. 11, p. 1-24, 2023.

SILVA, Flavia Matias da. O ensino de língua inglesa sob uma perspectiva intercultural: caminhos e desafios. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, p. 158-176, 2019.

SOUZA, Gasperim Ramalho de. **POR UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA INCLUSIVA: O LETRAMENTO CRÍTICO E A TEORIA DA COMPLEXIDADE NO ENSINO DE INGLÊS**. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET, 2020.

ZERBATO, Ana Paula. **Desenho universal para aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa**. 2018.